

MUTIRÃO PARA VOTAR AJUSTE

Lydia Medeiros e
Leonardo Cavalcanti
Da equipe do **Correio**
Com agências

O governo retoma a batalha do ajuste fiscal no Congresso com uma prioridade: aprovar o projeto que prevê descontos nas aposentadorias do setor público. O assunto é impopular e já sofreu quatro derrotas ao longo do primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. Por isso, os ministros terão que mostrar ainda mais empenho. Os líderes, por sua vez, prometem desde já rigor com suas bancadas. Os partidos que apóiam o governo começam uma maratona de reuniões na terça-feira. Todo o esforço para evitar nova derrota será pouco, na visão do governo — que depositou na proposta a chance de recobrar a confiança do país no exterior.

No PFL, a tendência é votar como bloco fechado pela aprovação do desconto, impedindo qualquer tentativa de dissidência. Quem ficar contra, pode ser expulso pelos estatutos do partido. Os tucanos, nesse mutirão, conversam com o ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga. Waldeck Ornêlas, da Previdência, deve se reunir com todas as bancadas aliadas para explicar a nova proposta, munido de números. O maior apelo será mesmo a crise financeira e a fuga de dólares da semana passada.

“Quando o Congresso rejeitou a contribuição dos servidores públicos aposentados, passou a idéia no exterior de que o governo era fraco e, depois, quando resolveu deixar o assunto para a próxima legislatura, passou a idéia de que não teria força

para se recuperar do tropeço. Agora, a votação tem um significado especial”, argumentou o ex-ministro do Planejamento, Antonio Kandir (PSDB-SP).

Com as reuniões dessa semana, o governo pretende não reeditar a confusão que marcou a última votação, quando o projeto chegou a plenário sem discussão. A proposta foi negociada às pressas e o governo perdeu a votação por 205 votos contra e apenas 187 a favor.

Os técnicos do Ministério estão preparando estudos que serão apresentados na terça-feira às bancadas dos partidos governistas. Além dos dados sobre o déficit do setor público, os deputados terão acesso a informações sobre a arrecadação prevista com as novas alíquotas e a quantidade de pessoas afetadas pela cobrança da contribuição. Depois das informações aos partidos, os líderes terão que decidir a data da votação do projeto. Alguns, como Aécio Neves (PSDB-MG), quer levar a proposta ao plenário já na quarta-feira. Mas o peemedebista Geddel Vieira Lima (BA) prefere não arriscar: “Creio que não seria seguro agir assim. temos que analisar isso com cuidado”.

MAROLA

A derrota do governo foi patrocinada por seus aliados. Mas há deputados dispostos a rever a decisão anterior, como Laura Carneiro (PFL-RJ): “Votei quatro vezes contra, mas penso rever minha posição por causa da crise financeira. Se o governo perder, todos perdem”, disse a deputada. Mas a crise não convence a todos. Gerson Peres (PPB-PA) vai votar contra, como

das vezes anteriores. “Esse negócio de crise é só marola. Já vi crises piores e o Brasil continua um gigante. Até rimos desta estratégia pelos corredores da Câmara”.

Os mineiros devem dar trabalho, no rastro do confronto entre o governador Itamar Franco e o governo federal. Ronaldo Perim (PMDB-MG) afirma que os apelos emocionais do governo são frágeis. “Estamos escaldados. Já exauri a minha paciência votando coisas com as quais não concordo para ajudar o governo”, desabafou.

Se o governo remontou sua estratégia para enfrentar sua base, a oposição também já escolheu seu caminho. Se o governo ganhar, no mesmo dia em que a lei for sancionada estarão disponíveis na Internet modelos de ações para contestar a medida judicialmente. “O governo faz uma aposta arrogante. É um discurso ridículo, com frases vazias que só servem ao marketing”, disse o deputado Miro Teixeira (PDT-RJ), líder do partido. Para ir à Justiça, a oposição alegará redução salarial e quebra de contrato, uma vez que o ingresso do contribuinte no sistema não previa esse desconto. “Chega de farsa”, emenda o líder do PT, Marcelo Déda (SE)

Para Miro, a discussão sobre a contribuição dos inativos e sua repercussão na crise financeira brasileira não resiste a uma análise severa dos fatos da última semana. E não toca em outro assunto: a privatização do sistema previdenciário: “O governo, com essas cobranças, quer produzir uma situação tão adversa que a classe média, público alvo dos fundos de previdência privada, não terá outra opção”, criticou.

A PROPOSTA

A proposta de contribuição dos aposentados divide os salários em quatro faixas de desconto. Aquele que recebe até R\$ 600 estará isento da contribuição. Veja os exemplos nas outras faixas

ATÉ R\$ 1 MIL

Até R\$ 600 = não há desconto

De R\$ 600 a R\$ 1.000 (11% sobre R\$ 400) = **R\$ 44**

Total do desconto = **R\$ 44**

ATÉ R\$ 2 MIL

Até R\$ 600 = não há desconto

De R\$ 600 a R\$ 1.200 (11% sobre R\$ 600) = **R\$ 66**

De R\$ 1.200 a R\$ 2.000 (20% sobre R\$ 800) = **R\$ 160**

Total do desconto (R\$ 66 + R\$ 160) = **R\$ 226**

ATÉ R\$ 3 MIL

Até R\$ 600 = não há desconto

De R\$ 600 a R\$ 1.200 (11% sobre R\$ 600) = **R\$ 66**

De R\$ 1.200 a R\$ 2.500 (20% sobre 1.300) = **R\$ 260**

De R\$ 2.500 a R\$ 3.000 (25% sobre R\$ 500) = **R\$ 125**

Total do desconto (R\$ 66 + R\$ 260 + R\$ 125) = **R\$ 451**

ATÉ R\$ 4 MIL

Até R\$ 600 = não há desconto

De R\$ 600 a R\$ 1.200 (11% sobre R\$ 600) = **R\$ 66**

De R\$ 1.200 a R\$ 2.500 (20% sobre R\$ 1.300) = **R\$ 260**

De R\$ 2.500 a R\$ 4.000 (25% sobre R\$ 1.500) = **R\$ 375**

Total do desconto (R\$ 66 + R\$ 260 + R\$ 375) = **R\$ 701**

ATÉ R\$ 5 MIL

Até R\$ 600 = não há desconto

De R\$ 600 a R\$ 1.200 (11% sobre R\$ 600) = **R\$ 66**

De R\$ 1.200 a R\$ 2.500 (20% sobre R\$ 1.300) = **R\$ 260**

De R\$ 2.500 a R\$ 5.000 (25% sobre 2.500) = **R\$ 625**

Total do desconto (R\$ 66 + R\$ 260 + R\$ 625) = **R\$ 951**

* Também estão isentos os inativos por invalidez e as pessoas com mais de 70 anos que ganham até R\$ 3.000 — nesse caso, o valor que ultrapassar os R\$ 3.000 sofrerá um desconto de 25%

PROPOSTA CRIA QUATRO FAIXAS

Quando foi rejeitada pela última vez, em dezembro do ano passado, a proposta do governo pretendia cobrar dos aposentados do funcionalismo público um desconto de 11% sobre os rendimentos de até R\$ 1.200. A partir desse valor, seria cobrado mais 9%. Ou seja, um desconto total de 20% para os inativos e pensionistas que recebessem mais de R\$ 1.200.

No dia da votação, 2 de dezembro, no entanto, os líderes tentaram fazer ajustes de última hora e, ainda pela manhã, negociaram uma isenção para as pensões de até R\$ 500. Pela proposta, os pensionistas com mais de 70 anos e que recebem benefícios de até cinco salários mínimos também ficariam de fora do desconto.

Os parlamentares desconfiaram do acordo feito às pressas e rejeitaram a proposta. Desta vez, as regras estabelecem descontos em quatro faixas salariais, semelhante ao mecanismo do Imposto de Renda. Os pensionistas e aposentados que ganham até R\$ 600 estão isentos da cobrança. A partir desse valor e até os R\$ 1.200, o desconto será de 11%. Esse percentual passa a ser de 20% na faixa que vai de R\$ 1.200 a R\$ 2.500. A partir de R\$ 2.500, o desconto será de 25% (veja quadro).

Além disso, uma fórmula parecida com a proposta de dezembro passado foi inserida no projeto. Assim, ficam isentos os inativos por invalidez e as pessoas com mais de 70 anos que ganham até R\$ 3.000 — nesse caso, o valor que ultrapassar os R\$ 3.000 sofrerá um desconto de 25%. Para os funcionários em atividade, a alíquota de desconto permanece nos 11% até os R\$ 1.200. Acima desse valor, o desconto passa a ser mais 9%.

ARRECADADAÇÃO

Os líderes do governo esperam, com isso, ver a proposta aprovada — o que pode representar uma arrecadação extra de R\$ 2,3 bilhões até o fim do ano. Durante os próximos 12 meses, esses valores sobem para R\$ 4,1 bilhões, segundo estimativa do Ministério da Previdência.

Pelos cálculos iniciais dos técnicos da Previdência, mais de 200 mil aposentados e pensionistas do Executivo, que ganham acima de R\$ 1.200, serão afetados pelas duas maiores alíquotas instituídas no acordo (20% e 25%). Pelo menos 47 mil desses aposentados ganham menos de R\$ 600 e ficarão isentos.

Como a isenção para os que têm mais de 70 anos só vale integralmente para quem ganhar até R\$ 3 mil, quase 29 mil idosos passarão a ter de contribuir. Dados obtidos pelo líderes do governo mostram que 15.710 inativos e pensionistas com mais de 70 anos ganham de R\$ 3 mil a R\$ 3.500, enquanto outros 13.167 recebem acima de R\$ 3.500.